MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 1312/2008

de 12 de Novembro

O enquadramento legal sobre taxas de tráfego encontra-se consagrado no Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de Março, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 280/99, de 26 de Julho, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 268/2007, de 26 de Julho, bem como no Decreto Regulamentar n.º 12/99, de 30 de Julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 5-A/2002, de 8 de Fevereiro.

Nos termos do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 12/99, de 30 de Julho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 5-A/2002, de 8 de Fevereiro, podem ser fixadas taxas diferenciadas em conformidade com a categoria, funcionalidade, densidade e período de utilização de cada aeroporto ou aeródromo ou moduladas em função de razões de protecção ambiental.

Neste sentido, e atenta a necessidade de promover a competitividade e o uso eficiente da capacidade instalada nos aeroportos do continente, importa proceder a ajustamentos na estrutura de taxas, tornando-as mais adequadas aos serviços prestados.

Considerando o parecer do Instituto Nacional da Aviação Civil bem como o resultado da consulta aos utilizadores dos aeroportos, importa manter o nível médio das taxas de aterragem e descolagem, reduzindo simultaneamente o seu valor para as operações efectuadas por aeronaves com peso máximo à descolagem superior a 150 t, bem como actualizar, em 2,1 %, as restantes taxas de tráfego.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de Março, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 268/2007, de 26 de Julho, o seguinte:

1 — As taxas de tráfego a aplicar nos aeroportos do continente sob responsabilidade da empresa ANA — Aeroportos de Portugal, S. A., às quais acrescerá o IVA, são as constantes da seguinte tabela:

Taxas	Lisboa 2008	Porto 2008	Faro 2008
1 — Aterragem/descolagem — por tonelada:			
Aeronaves até 25 t, por tonelada Aeronaves de 25 t a 75 t, por tonelada acima de 25 t Aeronaves de 75 t a 150 t, por tonelada acima de 75 t Aeronaves com mais de 150 t, por tonelada acima de 150 t Escalas técnicas — valor por tonelada. Valor mínimo por operação — aeronaves até 10 t. Valor mínimo por operação — aeronaves de 11 t a 25 t	4,35 5,28 6,21 5,28 4,04 106,64 170,63	4,35 5,28 6,21 5,28 4,04 -	4,35 5,28 6,21 5,28 4,04
 2 — Taxa de estacionamento (a): 2.1 — Áreas de tráfego: 			
Todas as aeronaves (por tonelada e por vinte e quatro horas ou fracção)	_	1,46	1,46
Até vinte e quatro horas ou fracção . Entre vinte e quatro horas e quarenta e oito horas ou fracção . Entre quarenta e oito horas e setenta e duas horas ou fracção . Acima de setenta e duas horas ou fracção .	21,75 43,49 65,23 86,98	- - - -	_ _ _ _
Aeronaves com mais de 14 t:			
Até vinte e quatro horas ou fracção (por tonelada)	1,46 2,92 4,38 5,85	- - - -	_ _ _ _
2.2 — Áreas de manutenção (por tonelada e por dia) 2.3 — Sobretaxa. 3 — Taxa de abrigo 4 — Taxa de serviço a passageiros:	1,08 43,92 2,95	1,08 43,92 2,95	1,08 43,92 2,95
4.1 — Voo dentro do Espaço Schengen. 4.2 — Voos intracomunitários fora do Espaço Schengen. 4.3 — Voos internacionais.	7,45 9,50 12,66	7,43 9,45 12,62	7,25 9,19 12,32

(a) A taxa de estacionamento não se aplica ao período relativo aos primeiros noventa minutos depois da aterragem e ainda aos noventa minutos antecedentes à descolagem.

Taxas de abertura de aeródromo

Taxas	Faro 2008
5 — Taxa de abertura do aeródromo (<i>b</i>): 5.1 — Taxa de prolongamento/antecipação. 5.2 — Taxa de reabertura comercial 5.3 — Taxa de reabertura de emergência não abrangida por isenção legal.	621,71 1006,61 621,71

- 2 O valor mínimo por operação aplicável às operações de aterragem e descolagem no Aeroporto de Lisboa, efectuadas por aeronaves com peso máximo à descolagem (PMD) até 25 t, não é aplicável aos serviços aéreos regulares em rotas objecto de imposição de obrigações modificadas de serviço público e aos voos de posição/ferry a eles associados, nem às aeronaves constantes da lista que constitui o anexo à presente portaria.
 - 3 É revogada a Portaria n.º 592/2007, de 11 de Maio.
- 4 A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Dezembro de 2008.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*, em 30 de Outubro de 2008.

ANEXO

(a que se refere o n.º 2)

Lista das aeronaves às quais não se aplica o valor mínimo por operação:

ATR-72; Beechcraft 1900 D; Citation III; Citation VII; Citation X:

CL600;

CRJ200; CRJ700;

Embraer 145:

Falcon 50.

Falcon 900:

Falcon 2000:

Fokker 50;

Fokker 70:

HS-125:

Lear Jet 24 D;

Lear Jet 35/A;

Lear Jet 54;

Lear Jet 55;

SAAB 2000.



Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 2,80



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: http://dre.pt Correio electrónico: dre@incm.pt • Tel.: 21 781 0870 • Fax: 21 394 5750